

Se há quem duvide: um estudo qualiquantitativo de construções condicionais insubordinadas com ‘se’ na diacronia do português

If anyone doubts: a quali-quantitative study of *if*-insubordinate constructions in Portuguese diachrony

Maria Carolina Coradini¹

Conservação Internacional/ Embrapa, Brasil

RESUMO

Este artigo investiga construções condicionais insubordinadas introduzidas pela conjunção ‘se’ no português, com o objetivo de caracterizá-las formal e funcionalmente e analisar suas tendências de uso e produtividade ao longo do tempo. O estudo baseia-se em dados coletados de *corpora* históricos que alcançam dos séculos XV ao XX, combinando análise qualitativa — orientada por critérios morfossintáticos e semântico-pragmáticos — e análise quantitativa, com base na frequência relativa das ocorrências por século. Os resultados revelam valores intersubjetivos associados às construções, que permitem classificá-las como deônticas, assertivas, argumentativas, avaliativas, pós-modificadoras, metatextuais e de raciocínio. Observa-se, ainda, um aumento significativo de frequência e de diversidade funcional com o avanço dos séculos, o que sugere a consolidação dessas construções como um padrão construcional produtivo no português.

PALAVRAS-CHAVE:

Construções condicionais insubordinadas. Insubordinação. Linguística Funcional. Gramática de Construções. Diacronia.

ABSTRACT

This article investigates insubordinate conditional constructions introduced by ‘se’ in Portuguese, aiming to characterize them formally and functionally and to analyze their usage trends and productivity over time. The study is based on data collected from historical *corpora* spanning the 15th to the 20th centuries, combining qualitative analysis — guided by morphosyntactic and semantic-pragmatic criteria — and quantitative analysis, based on relative frequency of occurrences per century. The results reveal intersubjective values associated with these constructions, allowing them to be classified as deontic, assertive, argumentative, evaluative, post-modifying, metatextual, and reasoning constructions. The findings also show a significant increase in frequency and functional diversity over time, suggesting the consolidation of these constructions as a productive constructional pattern in Portuguese.

KEYWORDS:

Insubordinate conditional constructions. Insubordination. Functional Linguistics. Construction Grammar. Diachrony.

Recebido em: 01/05/2026

Aceito em: 14/08/2026

¹ E-mail: m.linacoradini@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1691-6879>

Este artigo sintetiza resultados alcançados durante o mestrado em Linguística, realizado pela autora, sob orientação da Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale, na Universidade Federal de São Carlos (2022). A realização da pesquisa só foi possível pelos apoios concedidos pelas instituições de fomento CAPES e FAPESP (processo 2020/02589-2). Assim, à professora Flávia e às respectivas instituições, os mais sinceros agradecimentos.

1. Introdução

O termo insubordinação tem sido empregado com frequência nas últimas décadas em estudos de abordagem funcionalista. O fenômeno, que recebeu a primeira descrição sistemática em diferentes línguas em Evans (2007), trata do emprego independente de orações formalmente subordinadas. O que desperta o interesse a respeito dessas construções é o fato de combinarem marcas formais de subordinação com autonomia enunciativa, exigindo análises pragmático-discursivas. Embora apresentem traços formais associados à subordinação, as construções insubordinadas desempenham funções especializadas, como a expressão de ordens, desejos, pedidos, etc. São exemplos os seguintes casos:

(1) Novo ano, vida nova. **Que se dane o resto.** Os anos findos. (Coradini, 2022, p.6)

(2) “He’ll go with us to the hospital. Okay?” **As if I had a choice.**

(Brinton, 2014, p. 99)

‘Ele vai conosco para o hospital. Tudo bem?’ **Como se eu tivesse escolha**².

Encontra-se na literatura uma grande quantidade de trabalhos anteriores ao de Evans (2007) pautados em diferentes perspectivas teórico-metodológicas, que descrevem usos não canônicos como esses apresentados em (1) e (2). A terminologia empregada nesses trabalhos, para descrever o que hoje se conhece como insubordinação, designa o fenômeno de diferentes formas, como orações suspensas (*suspended clauses*, em Ohori (1996)), orações independentes (*independent clauses*, em Montolíó (1999) e Schwenter (1999)), orações subordinadas isoladas (*isolierte Nebensätze*, em Buscha (1976)), orações subordinadas não encaixadas (*nicht-eingebettete Nebensätze*, em Weuster (1983)), orações isoladas (*isolated clauses*, em Stirling (1999)), orações sem núcleo realizado (Hirata, 1999), dentre outras.

Foi só a partir da proposta de Evans (2007) que se popularizaram os termos ‘insubordinação’ e ‘construções insubordinadas’, que fazem uma referência direta à ideia de que essas construções são o resultado de um processo de reanálise de orações subordinadas como estruturas independentes, à maneira de uma oração principal ou um período simples³. Na proposta do autor, uma construção se torna insubordinada quando se desvincula de sua oração principal, por meio do mecanismo sintático de elipse, e o significado da oração principal, agora elidida, passa por uma restrição. O emprego da oração subordinada de forma independente conta

² Esta e demais traduções para a língua portuguesa foram feitas pela autora.

³ Ao assumir um funcionamento independente, a insubordinada se torna uma unidade completa de sentido, como um período simples, mas pode ainda ter outra oração subordinada a ela, como no exemplo: ‘Se a sua loja dá uns sete contos mensais, como você diz..’ (Corpus do Português).

com processos inferenciais do conteúdo da oração principal ausente. Desse modo, o ouvinte infere pela pragmática o conteúdo da oração elidida, o qual, com o tempo, passa a ser sempre o mesmo. A convencionalização do uso insubordinado faz, então, com que a construção passe a exprimir sentidos especializados, relacionados ao controle interpessoal e à modalização.

Ainda que essa tenha sido uma das propostas mais marcantes para o tratamento do fenômeno, por levantar a hipótese do processo pelo qual essas construções emergem e descrevê-las em diferentes línguas, foi também bastante questionada por trabalhos posteriores, especialmente em função de casos que, apesar de serem construções independentes do ponto de vista sintático, revelam relações de dependência discursivo-pragmática (Mithun, 2008; Van Linden; Van De Velde, 2014; Hirata-Vale, 2015; Heine, Kaltenböck, Kuteva, 2016).

Neste artigo, apresenta-se um estudo qualiquantitativo sobre construções condicionais insubordinadas introduzidas pela conjunção ‘se’ no português, a partir de uma extensa amostra de dados diacrônicos coletados nos *corpora* Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (Galves, Andrade, Faria, 2017) e Corpus do Português (Davies, Ferreira, 2006). A análise empreendida demonstra que essas construções exprimem valores relacionados à avaliação, à modalização deôntica e à modalização epistêmica (Lemke, 1998; Vestraete, 2005; Van Linden, 2012) e que, desde o século XV, são empregadas com sentidos especializados. Considerando-se extensibilidade e regularidade (Barddal, 2008; Traugott, Trousdale, 2013) como fatores de produtividade, verifica-se que constituem, de modo geral, um padrão produtivo no português.

1.1. Um panorama sobre as construções condicionais insubordinadas nas línguas

Na literatura sobre insubordinação, as construções mais investigadas têm sido as condicionais, especialmente as introduzidas pela conjunção ‘se’ e seus correspondentes nas diversas línguas. Desde pelo menos a década de 1970 encontram-se estudos dedicados a esse tipo de estrutura no alemão (Buscha, 1976; Weuster, 1983), no espanhol (Schwenter, 1999; Montolío, 1999), no inglês (Stirling, 1999) e no português (Hirata, 1999), o que evidencia o interesse precoce e recorrente pelo fenômeno, a partir de diferentes perspectivas.

Mais recentemente, os estudos sobre essas construções têm se ampliado e se consolidado com descrições mais sistemáticas e refinadas, como para o holandês e outras línguas germânicas (D’Hertefelt, 2015), o italiano (Vallauri, 2016), o francês (Debaisieux, Martin e Deulofeu, 2019), o japonês (Zhonglin, 2021), o kupsapiiny (Kawachi, 2017) entre muitas outras. No português, destacam-se especialmente os trabalhos de Hirata-Vale (2015, 2017), Coradini e Hirata-Vale

(2021), Coradini (2022) e Comarim e Hirata-Vale (2023). Todos esses trabalhos convergem ao demonstrar que as construções condicionais se associam à expressão de valores subjetivos e interpessoais construídos na interação entre falante e ouvinte, reforçando seu caráter pragmático-discursivo.

Mesmo com as diferenças de língua para língua, a caracterização formal dessas construções inclui sempre a presença de uma conjunção subordinativa de valor condicional no início da cláusula e a ausência de uma oração de apódose. As formas verbais possíveis variam entre o modo subjuntivo e o modo indicativo, nos tempos presente, passado e futuro. Em línguas germânicas, em que se tem o efeito V2, também se observa a ordem de constituintes específica das orações subordinadas nos usos insubordinados.

São atribuídos a esses usos, por sua vez, sentidos de desejos, expectativas, avaliações, comandos, pedidos, sugestões, ofertas e ameaças. Os casos a seguir ilustram alguns desses valores, no alemão, no inglês e no espanhol, respectivamente:

(1) Da komt Peter.

‘There comes Peter.’

Wenn ich den schon SEhe.

COND I DEM PRT see.PRS.IND⁴

‘Ugh, **just seeing him makes me sick**’ [Lit.: If I just sEE him.] (D’Hertefelt, 2015, p. 115)

‘Lá vem Peter. Ugh, **só de vê-lo me sinto mal.**’ [Lit.: Se eu apenas o vejo.]

(2) **If only Miss Hawkins would get a job...** (Stirling, 1999, p. 286)

‘Se ao menos a senhorita Hawkins conseguisse um emprego...’

(3) – ¿Por qué has abierto la ventana?

– Pero **si no he sido yo.** (Montolío, 1999, p. 53)

– ‘Por que abriu a janela?’

– ‘Mas **se não fui eu.**’

Estudos diacrônicos sobre as condicionais insubordinadas no português mostram que o fenômeno é atestado na escrita desde o século XV, com múltiplos estágios de insubordinação ocorrendo simultaneamente ao longo do tempo (Coradini e Hirata-Vale, 2021; Coradini, 2022). Esses trabalhos verificaram estágios menos avançados de especialização em estruturas altamente convencionalizadas, como ‘se me der licença’ e ‘se me permite’ na diacronia, o que corrobora a proposta de Evans (2007). Além disso, observam que, à medida que essas construções avançam em uma trajetória de especialização, a condicionalidade original é enfraquecida, e elas passam a funcionar como estratégias discursivas de polidez (Coradini e Hirata-Vale, 2021; Coradini, 2022).

⁴Glosa: COND - conjunção condicional; DEM - pronome demonstrativo; PRT - partícula; PRS.IND - presente do indicativo.

1.2. Noções construcionais pertinentes à compreensão do fenômeno

A relevância de fatores contextuais e interacionais na caracterização das construções insubordinadas reforça a necessidade de um enquadramento teórico que articule forma e função, razão pela qual abordagens funcionalistas e construcionistas mostram-se particularmente adequadas.

Um primeiro ponto relevante no tratamento de construções condicionais insubordinadas é o fato de que essas construções, embora possam apresentar especificidades relacionadas às línguas em que se desenvolvem, não parecem constituir ocorrências isoladas ou desvios ocasionais. A ampla recorrência do fenômeno em diferentes línguas sugere tratar-se de um padrão sistemático, cuja descrição demanda análises capazes de captar tanto suas regularidades gerais quanto os processos de convencionalização responsáveis por suas manifestações particulares.

Outro aspecto central diz respeito aos diferentes graus de composicionalidade e convencionalização observáveis entre essas construções. Aquelas que são mais transparentes e se aparentam muito às construções subordinadas canônicas ainda permitem uma interpretação reconstruída a partir da relação hipotética entre prótase e apódose, mesmo que esta esteja implícita. Outras, porém, apresentam maior opacidade e especialização pragmática, funcionando como marcadores interpessoais ou operadores discursivos cuja interpretação não depende mais da recuperação de uma oração principal subentendida.

Neste trabalho, adota-se uma perspectiva que combina análise funcional à análise construcional, tomando como base alguns pressupostos da Gramática de Construções. Neste quadro teórico, a língua é concebida como uma rede de pareamentos forma-função organizados em diferentes níveis de abstração (Goldberg, 2006; Hoffman, Trousdale, 2013). As construções, entendidas como unidades simbólicas, organizam-se hierarquicamente em esquemas, subesquemas e microconstruções e variam também quanto à produtividade e à composicionalidade. Esse modelo possibilita descrever regularidades que ultrapassam dependências sintáticas estritas, incorporando também valores semânticos e pragmático-discursivos, o que permite analisar fenômenos como a insubordinação, situados na interface entre sintaxe e pragmática.

Entende-se que a repetição de determinados pareamentos forma-função favorece sua estabilização e eventual generalização, contribuindo para a formação de esquemas mais abstratos. No caso da insubordinação, a recorrência de estruturas em contextos pragmáticos específicos

pode levar à sua reanálise como construções autônomas dotadas de valor semântico próprio. A produtividade, nesse contexto, envolve tanto a capacidade de um esquema de licenciar novas instâncias – extensibilidade – quanto da recorrência de uso dessas instâncias em diferentes contextos discursivos – regularidade –, nos termos de Barðdal (2008) e Traugott e Trousdale (2013).

Na próxima seção, apresenta-se, portanto, os procedimentos metodológicos adotados na realização deste estudo, que buscou investigar quantos e quais são os tipos de condicional insubordinada no português, a forma como essas construções se organizam e se desenvolvem ao longo do tempo.

2. Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada neste trabalho contou com a coleta exaustiva de dados de condicionais insubordinadas introduzidas por ‘se’ em dois *corpora* históricos desta língua. Os *corpora* utilizados para isso foram o Corpus do Português (Davies, Ferreira, 2006), em seu módulo gênero/histórico, com mais de 45.000.000 de palavras, e o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (Galves, Andrade, Faria, 2017), com mais de 3.000.000 de palavras. Os textos que compõem esses *corpora* datam do século XIII ao século XX e, por serem de diferentes gêneros textuais, foram considerados adequados para a análise almejada, já que poderiam propiciar o aparecimento de diferentes tipos de construção condicional.

A busca pelos dados considerou especialmente aspectos formais dessas construções, já que, em ambos os *corpora*, os mecanismos de busca incluem anotação morfológica das sentenças. A coleta, por sua vez, contou com a leitura e a interpretação de cada resultado retornado das buscas.

Em seu módulo histórico, o Corpus do Português é composto por aproximadamente 57.000 textos, os quais, a partir do século XX, são divididos e relativamente balanceados em quatro gêneros diferentes: acadêmico, notícia, ficção e oral. Como este *corpus* inclui a ferramenta de etiquetagem morfológica (*parts of speech*), o primeiro passo da coleta consistiu em um estudo da sintaxe de busca, a fim de captar combinações de etiquetas que pudessem trazer mais resultados, de forma abrangente e com menos ruído. As variações das expressões de busca eram relacionadas à especificidade de cada elemento subsequente à conjunção condicional.

Como as condicionais insubordinadas ocorrem normalmente em turnos de fala separados, considerou-se que, na escrita, os sinais de pontuação eram relevantes em posição anteposta à

conjunção ‘se’. Assim, as expressões de busca verificadas foram introduzidas por sinais de pontuação especificados, seguidos da conjunção ‘se’ (sem etiqueta morfológica) e um verbo qualquer, sem especificação de tempo ou modo (_v*). Entre a conjunção e o verbo, definiu-se de zero a seis elementos de qualquer classe morfológica⁵ que não fossem verbos, marcados pela etiqueta -VERB. O panorama de número de resultados retornados para cada padrão investigado é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Panorama de resultados das buscas no Corpus do Português (Davies, Ferreira, 2006)

Expressões de busca	Iniciadas por (PONT)				
PONT se _v*					
PONT se -VERB _v*					
PONT se -VERB -VERB _v*	ponto	ponto de	ponto de	hífen	Total
PONT se -VERB -VERB -VERB _v*	final	exclamação	interrogação	(-)	
PONT se -VERB -VERB -VERB -VERB _v*	(.)	(!)	(?)		
PONT se -VERB -VERB -VERB -VERB -VERB _v*					
PONT se -VERB -VERB -VERB -VERB -VERB -VERB _v*					
Número de resultados	13.298	1.509	973	3.869	19.642

Fonte: elaboração própria.

Para contemplar casos de construções metatextuais (Hirata-Vale, 2015; Coradini e Hirata-Vale, 2021), que normalmente ocorrem entre vírgulas, verificou-se expressões introduzidas e finalizadas por vírgula, com combinações de etiquetas semelhantes à lógica apresentada para os demais casos, como se demonstra na Tabela 2.

Tabela 2- Panorama de resultados obtidos nas buscas no Corpus do Português (Davies, Ferreira, 2006).

Expressões de busca	Número de resultados
, se _v*,	1.507
, se -VERB _v*,	
, se -VERB -VERB _v*,	2.400
, se -VERB -VERB -VERB _v*,	
Iniciadas e finalizadas por vírgula (,) , se _v* -VERB ,	
, se _v* -VERB -VERB ,	3.529
, se _v* -VERB -VERB -VERB ,	
, se -VERB _v* -VERB ,	
, se -VERB -VERB _v* -VERB ,	1.400
, se -VERB _v* -VERB -VERB ,	
Total	8.836

Fonte: elaboração própria.

Algumas outras construções foram, ainda, recuperadas uma a uma, sem o uso de etiquetagem morfológica, como as construções [se é que X] e [se se pode dizer X], em que X pode

⁵A definição deste número de elementos não especificados entre a conjunção e o verbo ocorreu após uma série de testes no *corpus*, a fim de otimizar e solucionar erros nas buscas.

constituir até uma oração. Esses casos foram buscados apenas antecidos por vírgula, com a primeira parte estável da construção: “, se é que”, “, se se pode dizer”, etc. Essas consultas retornaram, ao todo, 28.714 resultados, que foram checados um a um, a partir da leitura do contexto expandido, para a efetiva extração das ocorrências de condicionais insubordinadas. Desse *corpus* obteve-se, então, uma amostra inicial de 2.328 dados.

O Corpus Histórico do Português Tycho Brahe, em comparação ao anterior, é bem menor e dispunha de menos funcionalidades quanto à forma de recuperação de resultados. Os 71 textos que compõem a coletânea totalizam mais de 3.3 milhões de palavras e podem ou não ter anotação morfológica ou sintática. Por essa razão, optou-se por buscar o tipo de construção de interesse nos textos simples, em arquivos de formato *.txt*, com auxílio de expressões regulares.

Os arquivos foram baixados diretamente do *site* do *corpus* e analisados no *software* Notepad++ (Don Ho, 2024). Foram utilizadas as expressões regulares “*^se\b*” e “*^Se\b*” para captar todas as construções introduzidas pela palavra ‘se’ no *corpus*, as expressões “[*!?:;]*\s+*se\b*” e “[*!?:;]*\s+*Se\b*” para o mesmo tipo de construção, indicando o contexto após sinal de pontuação (especificado entre colchetes), e, por fim, “(*?^*[*!?:;]*\s+)*se\b*” e “(*?^*[*!?:;]*\s+)*Se\b*”, para captar tanto construções em início de período, com a palavra ‘se’ com letra minúscula ou maiúscula, quanto após qualquer sinal de pontuação. As consultas nesse *corpus* retornaram 1.972 resultados, dos quais foram extraídas manualmente 179 ocorrências de condicionais insubordinadas.

Com isso, foram coletadas 2.502 ocorrências dos *corpora*, que, em um segundo momento, foram avaliadas quanto aos seguintes critérios: i. relações de dependência sintática aparentes; ii. interrupções de fala que acabam por suprimir a oração principal em contextos dialógicos de textos ficcionais; iii. ambiguidade da palavra ‘se’, sem que seja possível determinar sua função (conjunção condicional ou integrante); iv. interferência da pontuação da construção precedente ou subsequente na interpretação do dado⁶.

Esses aspectos foram elencados como critérios de exclusão dos dados porque influenciam diretamente sua interpretação. Em muitos casos, o contexto não foi suficiente para sanar as dúvidas em relação a esses critérios. Por essa razão, com essa segunda filtragem do material coletado dos *corpora*, chegou-se à amostra final de dados, com 2.017 ocorrências válidas de

⁶Em alguns casos, há uma oração que precede ou sucede a construção insubordinada que poderia ser interpretada como sua oração principal. Nesses casos, a pontuação é o único indício de que podem ser duas construções separadas.

condicionais insubordinadas, sendo 1.838 provenientes do Corpus do Português e 179 do Corpus Histórico do Português Tycho Brahe.

Todos esses dados foram descritos e analisados qualitativamente, a fim de se chegar a uma proposta de classificação funcional para essas construções no português. Considerou-se a totalidade dos dados atestados nos *corpora* para essa etapa, pois todos os tipos de condicional insubordinada observados, mesmo os que ocorrem ainda no século XV, continuam ocorrendo nos séculos XIX e XX concomitantemente.

Os critérios formais de análise incluíram os tempos e modos verbais, a pessoa gramatical do sujeito, a variação morfológica dos elementos posicionados entre a conjunção e o verbo, a possibilidade de coordenação com outra construção condicional e a posição da oração no enunciado em que ocorre. Os critérios funcionais, por sua vez, foram orientados pelos trabalhos de Lemke (1998), Verstraete (2005), Van Linden (2012) e Traugott e Dasher (2002), para descrição dos significados avaliativos e modais, e pelas propostas de D’Hertefelt (2015) e Hirata-Vale (2015), aqui consideradas complementares, que descrevem e classificam as condicionais insubordinadas nas línguas germânicas e no português, respectivamente, para avaliar a expressão de valores intersubjetivos sobrepostos à condicionalidade original da construção, o grau de composicionalidade e a independência semântico-pragmática da oração em relação ao seu contexto de ocorrência.

Para a análise quantitativa, foi considerada apenas a parcela dos dados obtida no Corpus do Português, em razão de assimetrias nas formas de catalogação e datação dos registros de cada *corpus*. No Corpus do Português, o acervo é organizado de acordo com a data de publicação das obras. No Corpus Histórico do Português Tycho Brahe, por outro lado, o acervo é organizado de acordo com o ano de nascimento dos autores⁷. Sem a possibilidade de traçar um paralelo temporal entre os *corpora*, por limitações em relação à recuperação dessas informações, as amostras não poderiam ser analisadas comparativamente, já que não necessariamente os dados corresponderiam à mesma época de circulação.

Assim, apenas o conjunto de 1.838 ocorrências proveniente do Corpus do Português foi avaliado quanto à distribuição dos diferentes tipos funcionais de condicional insubordinada ao longo do tempo, considerando-se sua produtividade enquanto extensibilidade e regularidade, nos termos de Barðdal (2008) e Traugott e Trousdale (2013). Em outras palavras, esperava-se identificar i. quantos tipos diferentes de condicional insubordinada existiam na diacronia, do

⁷Há casos em que essas datas são bastante espaçadas, como, por exemplo, em situações de publicações póstumas.

século XV ao XX, e ii. dentre eles, quais eram os mais frequentes, por meio da quantidade de ocorrências atestadas por século.

Limitações técnicas de acesso e manuseio do *corpus* – como, por exemplo, o fato de que o *corpus* não é completamente balanceado em quantidade de palavras por gênero e século – fizeram com que a análise das tendências de uso dessas construções ao longo do tempo fosse adaptada, pautada na frequência dos diferentes tipos de condicional insubordinada em relação ao número de palavras do *corpus* por século, normalizada por milhão, vide a fórmula $\frac{n^{\circ} \text{ de ocorrências do tipo } X}{n^{\circ} \text{ total de palavras no século}} \cdot 1.000.000$. A frequência normalizada permite comparar de modo proporcional recortes textuais desiguais, facilitando a visualização das tendências de uso das condicionais insubordinadas ao longo do tempo.

Apresenta-se na Tabela 3 a caracterização do Corpus do Português dos períodos relevantes à análise.

Tabela 3 - Distribuição do número de palavras do Corpus do Português (gênero/histórico) por século, país e gênero.

Palavras	Século	País	Gênero
2.875.653	XV	Portugal	--
4.435.031	XVI	Portugal/Brasil	--
3.407.741	XVII	Portugal/Brasil	--
2.234.951	XVIII	Portugal/Brasil	--
10.008.622	XIX	Portugal/Brasil	--
3.087.052	XX	Portugal	Acadêmico
3.271.328			Jornalístico
3.048.020			Ficção
1.100.303			Falado
2.816.802	XX	Brasil	Acadêmico
3.346.988			Jornalístico
3.028.646			Ficção
1.078.586			Falado
43.739.723 ⁸			

Fonte: adaptado do Corpus do Português: Gênero/Histórico⁹.

3. Resultados

Nesta seção, apresentam-se os resultados alcançados neste trabalho, com uma proposta de classificação para as 2.017 ocorrências de condicionais insubordinadas coletadas dos *corpora*, uma

⁸Este valor corresponde apenas à soma do número de palavras do século XV em diante. Os séculos XIII e XIV, embora tenham registros no *corpus*, não foram contabilizados, pois estão fora do recorte deste trabalho.

⁹Caracterização completa do *corpus* disponível em <<https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>>, clicando no ícone “see texts and registers”.

análise diacrônica da distribuição dos diferentes tipos identificados na amostra do Corpus do Português e, na sequência, da sua organização enquanto rede hierárquica de pareamentos forma-função.

3.1. Proposta de classificação funcional

Os casos encontrados nos *corpora* exprimem significados atitudinais, que podem ser classificados de acordo com os domínios de avaliação, modalização deôntica e epistêmica, nos termos de Lemke (1998), Verstraete (2005) e Van Linden (2012). Os usos atestados denotam desejos, pedidos, ofertas, sugestões, ameaças, avaliações, argumentações, afirmações, raciocínios, ressalvas, polidez e (in)certezas do falante em relação ao estado de coisas do enunciado. Desse modo, a proposta de classificação apresentada considera o conjunto de propriedades convencionalmente associado a cada tipo de construção, privilegiando o traço funcional que melhor explica seu emprego recorrente nos *corpora*. Algumas categorias são definidas principalmente por seu valor modal (como as construções deônticas), enquanto outras se distinguem por sua função discursiva predominante (como as argumentativas ou metatextuais), sem que isso implique exclusividade quanto aos demais valores expressos.

A proposta de classificação apresentada dialoga especialmente com os trabalhos de D’Hertefelt (2015) para as línguas germânicas e de Hirata-Vale (2015) para o português brasileiro.

3.1.1. Construções deônticas

Neste trabalho, consideram-se construções deônticas os usos que exprimem desejos, pedidos, ofertas, sugestões e ameaças, a partir da concepção de modalidade deôntica como o grau de desejabilidade atribuído à realização de um determinado estado de coisas. Em enunciados deônticos, uma fonte modal — tipicamente o falante — avalia a desejabilidade de que um agente realize uma determinada ação (Verstraete, 2005, p. 1405–1406). Nas construções condicionais insubordinadas, essa avaliação recai sobre um estado de coisas potencial (D’Hertefelt, 2015), cuja realização pode ou não estar sob o controle do falante e do ouvinte. São exemplos os casos:

(6) ***Se eu me apanho contigo agora na Bahia..*** Que vistão, hem, Felisberta? (Coradini, 2022, p. 92)

(7) - Boa viagem, Nicácio!

- ***Se puder de vez em quando dar um pulo lá pelo roçado...***

- Fique descansado. (Coradini, 2022, p. 94)

(8) Que pensas? Eu cá não conto com desgraça, sou homem! **Se *grimparem comigo***, ahn! (Coradini, 2022, p. 96)

(9) Cheguei-me mais e tossi. Raspei o pé descalço numa tábuia e meti conversa.

- **Se *vossemecê precisar de alguma ajuda..*** (Coradini, 2022, p. 97)

(10) - **Se *a gente oferecesse um jantar para ele hem?*** Que tal?

Mana Maria detrás do jornal respondeu: - Não. Que diabo. (Coradini, 2022, p. 99)

Construções como a destacada em (6), que exprimem desejo, se referem a situações hipotéticas que o falante gostaria ou esperaria que acontecessem. Como não há controle por parte do falante sobre a realização do estado de coisas, esses desejos podem ser avaliados como potenciais, *irrealis* e contrafactuais. Os desejos potenciais, embora sejam hipotéticos, ainda podem ser realizados. Os *irrealis* são avaliados pelo falante como pouco prováveis de serem realizados. Os contrafactuais, como improváveis de serem concretizados. Construções de desejo potencial empregam o presente do indicativo e o futuro do subjuntivo (ex.: Se eu *pego*/ Se eu *pegar*). As de desejo *irrealis* empregam frequentemente o pretérito imperfeito do modo subjuntivo (ex.: Se eu *pegasse*), e as de desejo contrafactual, o pretérito imperfeito do subjuntivo combinado ao particípio passado (ex.: Se eu *tivesse pegado*).

As construções de pedido, como em (7), apresentam um estado de coisas cuja realização é desejável para o falante. Por essa razão, são denominadas *speaker-oriented* por D’Hertefelt (2015). Como a realização do estado de coisas é de interesse do falante e depende da colaboração do(s) ouvinte(s), esse tipo de construção tende a funcionar como uma estratégia de polidez no discurso (Stirling, 1999). São construções que ocorrem geralmente com verbos no presente do indicativo, no pretérito imperfeito e no futuro do subjuntivo, nas 2ª e 3ª pessoas do singular e 3ª pessoa do plural.

Em construções que exprimem ameaças, como em (8), a realização do estado de coisas é novamente orientada ao falante, mas não desejável ao ouvinte, já que o falante deixa subentendido que pode haver consequências desfavoráveis caso o estado de coisas a que se refere seja de fato realizado. Esses casos, conforme pontua D’Hertefelt (2015), revelam uma inversão de polaridade, de negativa para positiva, quando a oração condicional descreve uma ação que o falante acredita que será realizada pelo ouvinte, mas é utilizada para comunicar que ele não deseja que essa ação aconteça. Segundo a autora,

A inversão de polaridade típica das ameaças pode assim ser explicada pelo fato de que a realização potencial da ação em *p* é convencionalmente interpretada como levando a uma

consequência indesejável *q*. Se o destinatário quer evitar *q*, ele precisa, portanto, abster-se de realizar a ação em *p* (D’Hertefelt, 2015, p. 95, tradução nossa)¹⁰.

Essas construções podem apresentar verbos no modo indicativo, nos tempos presente e pretérito imperfeito, e no modo subjuntivo, particularmente no tempo futuro. Em ambos os modos, podem ocorrer na 1ª e na 3ª pessoa do singular e na 3ª pessoa do plural.

Já as construções que exprimem oferta, como em (9), são consideradas *addressee-oriented* (D’Hertefelt, 2015), pelo fato de que a realização do estado de coisas é desejável para o ouvinte. Em casos como esse, o falante percebe uma necessidade de seu interlocutor em relação a uma ação, presente ou futura, e julga a si mesmo capaz de realizá-la. De modo polido, oferece, então, ajuda ao interlocutor. Essas construções costumam apresentar o verbo no presente do indicativo, no pretérito imperfeito e futuro do subjuntivo, geralmente na 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e na 3ª do plural.

O caso em (10), enfim, ilustra construções condicionais que exprimem sugestões, em que o falante propõe uma ação que julga ser desejável para o ouvinte, mas permite que o ouvinte decida se essa ação será realmente realizada. É comum que construções como essa comuniquem ideias que funcionem como solução a problemas, convites, etc. Como traços formais, incluem verbos no presente do indicativo, no pretérito imperfeito e no futuro do subjuntivo, na 1ª e na 3ª pessoa do singular e 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural, e ocorrem sempre na forma interrogativa.

3.1.2. Construções avaliativas

As condicionais insubordinadas avaliativas caracterizam-se por expressar, de modo escalar ou comparativo, juízo de valor negativo ou positivo do falante em relação a uma situação ou indivíduo. Por meio de elementos como ‘*tão*’ e ‘*até*’ e outros de comparação, essas condicionais costumam evocar uma escala na qual o estado de coisas avaliado é colocado em relação a alternativas contextualmente relevantes, como ilustram os dados a seguir:

(11) [Thomé] - Não quero saber de direitos nem de tortos. Estou a organizar o país.
[Pantaleão] - Ah! ***se isso é organizar o país!*** (Coradini, 2022, p. 100)

(12) - O Cesário sempre é outra coisa; mas também não há de ser tão fácil de guiar. ***Se o Brandão não fosse tão comum!*** é ainda mais comum que o outro. (Coradini, 2022, p. 100)

¹⁰“The polarity reversal which is typical of threats can thus be explained by the fact that the potential realization of the action in *p* is conventionally interpreted as leading to an undesirable consequence *q*. If the addressee wants to avoid *q*, they thus need to refrain from realizing the action in *p*” (D’Hertefelt, 2015, p. 95).

As construções condicionais em (11) e (12) têm como foco central a expressão de um juízo de valor, neste caso negativo, e servem para posicionar uma situação ou indivíduo em uma escala de adequação ou desejabilidade em relação às expectativas do próprio falante. Quanto às características formais, essas construções apresentam verbos no modo indicativo, nos tempos presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito, e no modo subjuntivo, no pretérito imperfeito, geralmente na 1ª e 3ª pessoas do singular e 3ª pessoa do plural.

3.1.3. Construções argumentativas

Construções argumentativas são empregadas para justificar ou sustentar um posicionamento, uma ação ou uma afirmação previamente enunciada, na presença ou não de um interlocutor. O dado a seguir ilustra esse tipo de construção:

(13) Vou-me embora. E contudo São Francisco é uma bela ruína, que merecia [ser] examinada devagar, com outra paciência que eu já não tenho. ***Se tudo me impacienta aqui!*** (Coradini, 2022, p. 101)

No caso em (13), a construção condicional funciona como justificativa para a decisão expressa anteriormente ("Vou-me embora"). Embora seja possível identificar um componente avaliativo em "Se tudo me impacienta aqui!" — uma vez que o estado de coisas é apresentado de forma negativa —, essa avaliação não constitui a função predominante da construção. Seu papel principal é fornecer um argumento que sustente a decisão do falante de deixar o local. Nos termos de Lemke (1998), por servirem como evidência para validar o raciocínio do falante, operam mais na dimensão da garantia/probabilidade (warrantability) ou da importância (importance).

Por estarem bastante relacionadas ao contexto em que ocorrem, apresentam características formais mais variadas, com verbos que podem ocorrer nos tempos presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do modo indicativo e nos tempos pretérito imperfeito e futuro do modo subjuntivo, na 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e 1ª e 2ª pessoas do plural.

3.1.4. Construções assertivas

As condicionais insubordinadas assertivas têm como função central a afirmação ou confirmação de um estado de coisas. Contudo, mobilizam também valores avaliativos associados ao posicionamento do falante, incidindo não sobre o evento em si, mas sobre o estatuto da

própria proposição — ao sinalizar graus de certeza, obviedade, expectabilidade ou surpresa (Lemke, 1998). A assertividade constitui o valor nuclear da estrutura, enquanto a dimensão avaliativa atua como um significado interpessoal que apresenta o conteúdo como evidente ou incontestável. Em contextos de réplica a contestações do interlocutor, essa dimensão avaliativa intensifica a afirmação, permitindo que a construção assuma um valor adversativo mediante o uso de elementos de sentido negativo. Os casos a seguir são exemplos:

(14) - Está certo que se deitou com a bolsa? [...]

- Ora! como do Sol que nos alumia.

- Não a terá perdido, ou não lha terão pilhado ontem no adjunto?!..

- E ele a dar-lhe! [...] **Se lhe estou a dizer que contei as minhas trinta peças ao deitar.** Ou julga você que é fábula? (Coradini, 2022, p. 103)

(15) o que sendo dito a Daciano, disse com a mesma sanha, e crueza de antes de mais: **se nem morto o pode rei vencer.** (Coradini, 2022, p. 103)

Essas construções apresentam tipicamente o verbo no modo indicativo, de onde emerge o seu valor adversativo, assim como no espanhol (Schwenter, 1999). Entretanto, a emergência desse valor adversativo — em oposição a afirmações “neutras” — depende do contexto interacional e da relação entre interlocutores. Assim, há construções assertivas não adversativas que expressam, por exemplo, a identificação de um interlocutor acompanhada de surpresa (D’Hertefelt, 2015):

(16) - Ora, **se não é o Adriano, gente!**

- Eu mesmo. (Coradini, 2022, p. 104)

3.1.5. Construções de raciocínio

As construções de raciocínio são caracterizadas por convidar o interlocutor a conceber cenários hipotéticos decorrentes da realização de um determinado estado de coisas, como ocorre nos casos a seguir:

(17) Uma vez o Pedrinho quis tomar da cachorrinha; mas ela ia mordendo-o na mão. **Se não fosse a moça que acudiu tão depressa com o chicotinho!** (Coradini, 2022, p. 106).

(18) MANUEL - Homem, eu creio que sim; porém com certeza que tens muito mais coragem do que eu, que também para isso és o mais velho.

ALCOFORADO - **Se pois me acontecesse algum desastre?** (Coradini, 2022, p. 106)

Nesse tipo de construção, os verbos podem ocorrer no modo indicativo, especialmente no presente e no pretérito imperfeito, e no modo subjuntivo, nos tempos pretérito imperfeito e futuro, na 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e do plural.

Essas estruturas operam na factualidade indeterminada (irrealis), representando os estados de coisas como cenários potenciais ou virtuais em mundos possíveis, em vez de fatos consumados (Van Linden, 2012). Nelas, o falante mobiliza o espaço semântico multidimensional para situar o interlocutor diante de hipóteses específicas, acionando dimensões avaliativas como garantia/probabilidade, para projetar a chance de realização do evento, e desejabilidade, frequentemente veiculada pela contrafactualidade para realçar posicionamentos atitudinais por contraste (Lemke, 1998). Além disso, evidenciam um processo de (inter)subjetivização, no qual o sentido se desloca da representação do mundo externo para a expressão de estados de crença e operações cognitivas do falante. O convite para que o interlocutor imagine determinados cenários atua como uma estratégia interacional de gerenciamento da atenção e de demandas do ouvinte na interação (Traugott; Dasher, 2002).

3.1.6. Construções de pós-modificação

As construções de pós-modificação têm a função de modificar um enunciado anterior ao introduzir uma nova condição para a realização do estado de coisas nele mencionado. Típicas de contextos dialógicos, elas atuam frequentemente como respostas ao turno de fala imediatamente precedente. A nível pragmático, o sentido dessas construções depende da retomada de enunciados anteriores — característica que viabiliza o seu uso sem uma oração principal (Sansiñena; De Smet; Cornillie, 2015). Conforme aponta Hirata-Vale (2015), é justamente essa dependência discursiva e sua alta espontaneidade que tornam a sistematização de seus traços formais mais difícil em comparação aos demais tipos. São exemplos:

(19) - Poderia passar rapidamente no seu apartamento? Não lhe tomarei mais do que cinco minutos.

- **Se forem cinco minutos..** Vou almoçar com meu pai. (Coradini, 2022, p. 108)

(20) Tirem o menino da água e tragam o ferro em brasa! Só o fogo pode estancar a hemorragia! Que trabalheira! E agora? Por onde o menino vai urinar? Sem pênis! **Se ele viver. Se Francesco viver.** (Coradini, 2022, p. 109)

3.1.7. Construções metatextuais

As construções metatextuais são empregadas como mecanismos interpessoais de polidez e de modalização epistêmica — esta entendida como “avaliação, por parte do falante (ou de outrem), de um estado de coisas em termos de probabilidade” (Van Linden, 2012, p. 20). Segundo Hirata-Vale (2015), correspondem ao estágio mais avançado de convencionalização das construções insubordinadas. Isso ocorre porque apresentam total independência semântico-pragmática. São exemplos:

(21) - [...] Não largue os seus afazeres. Eu deixei a afilhada na Sé, e venho aqui descansar um bocadinho.

- Então, se me dá licença.. E como vai o nosso cônego?

- Não tornou a ter a dor. Mas tem sofrido de tonturas. (Coradini, 2022, p. 127)

(22) - Creio que de uma certa forma eu já fiz meu pedido e o senhor já se dispôs a atendê-lo.. Espero que sua vesícula nunca mais o incomode.

- O senhor sabe que isso não acontecerá.

- Sei.. sei.. - concordou ele, rindo.

- Bem, agora, **se me permite..** vou à procura dos charutos. Adeus! (Coradini, 2022, p. 112)

(24) Nessa época, por volta de 1937, **se não me engano**, ele começou a trabalhar para a Metro-Goldwyn-Mayer. Participou da criação de vários argumentos, mas não se sentia satisfeito. (Coradini, 2022, p. 117)

(25) [character: CANGALHEIRO] Está hoje um dia muito quente... Nem parece que estamos no inverno. Isto, quanto a mim, é trovoadas.

[character: CAIXEIRO VIAJANTE] **Se calhar**. Pode muito bem ser. (Coradini, 2022, p. 120)

Os dados analisados indicam que essas construções apresentam, predominantemente, verbos no futuro do subjuntivo e no presente do indicativo. As expressões associadas à polidez, como ‘se me dá/der licença’ e ‘se me permite/permitir’, ocorrem em ambos os tempos verbais, embora o presente do indicativo seja mais frequente nas sincronias recentes. Por outro lado, a construção de modalização epistêmica ‘se não me engano’ teve sua forma verbal fixada e apresenta categoricamente o presente do indicativo. Já ‘se calhar’, também de modalização epistêmica, pode variar excepcionalmente, mas ocorre predominantemente no futuro do subjuntivo.

A alta convencionalização dessas construções decorre da estabilização de uma forma relativamente fixa associada a funções discursivas recorrentes. Nesses casos, os valores

pragmáticos se sobrepõem à condicionalidade original da oração subordinada (Hirata-Vale, 2015). Sem uma apódose, estruturas como ‘se me dá/der licença’ e ‘se me permite/permitir’, por exemplo, se convertem em estratégias de polidez para apenas anunciar ações do falante (sem que haja um pedido de permissão literal), enquanto formas como ‘se não me engano’ e ‘se calhar’ atuam como marcadores modais da veracidade ou probabilidade do conteúdo proposicional. Sintaticamente, apresentam mobilidade na frase, variando apenas o escopo da modalização projetada.

3.2. Tendências de uso das condicionais insubordinadas com ‘se’ ao longo do tempo

A análise das tendências diacrônicas baseia-se nas frequências relativas das 1.838 ocorrências provenientes do Corpus do Português, distribuídas entre os séculos XV e XX (cf. seção 2). A distribuição geral das ocorrências por século sugere um aumento expressivo na frequência de condicionais insubordinadas ao longo do tempo, ainda que de forma não linear. Nos séculos XV a XVIII, os dados revelam frequências bastante reduzidas, com crescimento gradual: 1,04 ocorrências por milhão no século XV; 2,25 no século XVI; 8,22 no século XVII; e 11,63 no século XVIII. No século XIX, observa-se uma mudança significativa nesse padrão, com um salto para 105,11 ocorrências por milhão de palavras. Já no século XX, embora o número absoluto de ocorrências encontradas permaneça elevado (719 casos), a frequência normalizada cai para 34,61 por milhão. Todos esses resultados são colocados em perspectiva na Tabela 4.

Tabela 4 - Síntese dos cálculos de frequência normalizada das ocorrências por século.

Século	Número de palavras do recorte	Número de ocorrências (frequência absoluta)	Frequência relativa (normalizada por milhão)
XV	2.875.653	3	1,04
XVI	4.435.031	10	2,25
XVII	3.407.741	28	8,22
XVIII	2.234.951	26	11,63
XIX	10.008.622	1.052	105,11
XX	20.777.725	719	34,61

Fonte: elaboração própria.

Quanto à distribuição funcional das construções ao longo do tempo, verifica-se que, nos séculos iniciais, há baixa diversidade de tipos. No século XV, registram-se apenas construções deônticas e de raciocínio. No século XVI, surgem também construções metatextuais e argumentativas, ainda com frequência reduzida. Nos séculos XVII e XVIII, destaca-se o aumento das construções metatextuais, que passam a apresentar maior frequência relativa em comparação aos demais tipos. É apenas no século XIX que se observa a presença de todas as classes funcionais

identificadas neste estudo, incluindo construções assertivas, avaliativas e de pós-modificação, além da ampliação significativa daquelas verificadas anteriormente. Nesse período, construções deônticas, de raciocínio e metatextuais apresentam as maiores frequências relativas.

No século XX, todos os tipos permanecem atestados, porém com redução generalizada nas frequências normalizadas. Ainda assim, construções deônticas, metatextuais e de raciocínio continuam sendo as mais recorrentes, conforme apresenta a Tabela 5, com a distribuição dos tipos funcionais ao longo do tempo.

Tabela 5. Distribuição funcional das condicionais insubordinadas do século XV ao século XX.

Classe funcional	Frequência absoluta (frequência relativa, normalizada por milhão)					
	Século XV	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX
Deônticas	1 (0,3)	3 (0,7)	3 (0,9)	0	394 (39,4)	186 (9)
Argumentativas	0	1 (0,2)	0	0	95 (9,5)	94 (4,5)
Assertivas	0	0	0	0	101 (10,1)	36 (1,7)
Avaliativas	0	0	0	0	13 (1,3)	16 (0,8)
Pós-modificação	0	0	0	0	64 (6,4)	40 (1,9)
Raciocínio	2 (0,7)	3 (0,7)	5 (1,5)	1 (0,4)	193 (19,3)	154 (7,4)
Metatextuais	0	3 (0,7)	20 (5,9)	25 (11,2)	192 (19,2)	230 (11,1)

Fonte: elaboração própria.

No interior das construções deônticas, as de desejo constituem o subtipo mais frequente em toda a amostra, sendo também o único atestado desde os primeiros séculos. Os demais subtipos — pedido, oferta, ameaça e sugestão — surgem apenas nos séculos posteriores e mantêm frequências relativamente baixas ao longo do tempo. A Tabela 6 evidencia, a partir das frequências absolutas e relativas de cada um desses subtipos funcionais, a diferença no uso dessas construções conforme os séculos avançam.

Tabela 6 - Distribuição dos subtipos de condicionais insubordinadas deônticas do século XV ao XX.

Subtipos de condicionais insubordinadas deônticas	Frequência absoluta (frequência relativa normalizada por milhão)					
	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
Ameaça	0	0	0	0	10 (0,1)	2 (0,1)
Desejo	1 (0,3)	3 (0,7)	3 (0,9)	0	328 (32,8)	148 (7,1)
Oferta	0	0	0	0	22 (2,2)	14 (0,7)
Pedido	0	0	0	0	18 (1,8)	7 (0,3)
Sugestão	0	0	0	0	16 (1,6)	15 (0,7)

Fonte: elaboração própria.

Os dados sugerem que o desenvolvimento das condicionais insubordinadas no português não ocorre de forma linear, mas pode ser compreendido em três momentos distintos, marcados por diferentes níveis de frequência e diversidade funcional. Entre os séculos XV e XVIII, observa-se um estágio de baixa frequência, com poucos tipos funcionais atestados. Essa escassez pode refletir tanto um estágio inicial de convencionalização quanto limitações documentais do próprio corpus, composto predominantemente por cartas, textos religiosos e documentos formais, em detrimento de gêneros que representam a oralidade e propiciam o aparecimento dessas construções.

No século XIX, verifica-se um aumento expressivo da frequência e da diversidade de tipos funcionais encontrados. Como grande parte das ocorrências provém de textos narrativos e dialogais, esse crescimento parece estar relacionado à composição do corpus, o que sugere que a produtividade, neste caso, reflete a maior representatividade de gêneros textuais favoráveis ao uso dessas construções, e não necessariamente mudanças na realidade linguística da época. Já no século XX, a frequência normalizada diminui em relação ao século anterior e a composição do corpus se apresenta novamente como possível fator de influência. Neste recorte, são incorporados textos acadêmicos e jornalísticos, gêneros menos propensos à representação da oralidade e o aparecimento de construções insubordinadas. A permanência de todas as classes funcionais, entretanto, permite depreender uma estabilização do padrão de uso, e não necessariamente uma retração.

O comportamento diacrônico heterogêneo entre os diferentes tipos de construção condicional insubordinada identificados também pode ser entendido como indicio de diferentes trajetórias de convencionalização. A persistência e a elevada frequência das construções deônticas, especialmente as de desejo, em comparação aos demais subtipos deônticos, podem estar relacionadas ao fato de que essas construções apresentam maior proximidade formal e semântica com as condicionais subordinadas canônicas, por preservarem traços como o uso do modo subjuntivo, a leitura hipotética e a inferência de uma apódose facilmente recuperável após a elipse.

As construções de raciocínio, que também se destacam em relação à sua frequência e à persistência ao longo do tempo, parecem conservar a operação cognitiva característica das condicionais canônicas, de construção de espaços mentais e realização de inferências (Dancygier;

Sweetser, 2005), ao projetarem cenários hipotéticos que conduzem o interlocutor à inferência de possíveis consequências. Essas construções, por preservarem certos traços da construção de origem, podem ter seu uso mais motivado que os demais, o que favorece sua estabilidade ao longo dos séculos.

As construções metatextuais, por sua vez, já aparecem em formas altamente convencionalizadas desde os primeiros séculos analisados, o que sugere que sua convencionalização possa ser anterior ao período documentado no corpus. Construções avaliativas, argumentativas, assertivas e de pós-modificação, em contraste, surgem mais tardiamente e permanecem menos frequentes, e apresentam diferentes graus de especialização e dependência pragmática.

Em termos construcionais, essas evidências permitem pensar que a expansão do esquema construcional das condicionais insubordinadas resultou de diferentes percursos de especialização e convencionalização, responsáveis pela consolidação de subesquemas com propriedades e graus de autonomia distintos.

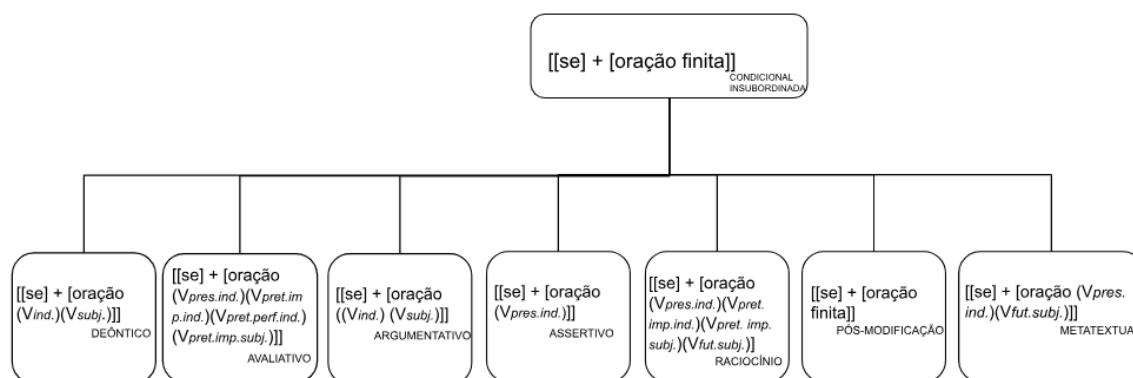
3.3. Organização das construções condicionais insubordinadas com ‘se’

Conforme mencionado na seção 1.3, na perspectiva da Gramática de Construções, o conhecimento linguístico é concebido como um inventário de pareamentos de forma e função (Goldberg, 2006), organizados em diferentes níveis de abstração e relacionados por vínculos taxonômicos de herança. No caso das condicionais insubordinadas com ‘se’ no português, essa rede compreende desde um esquema altamente abstrato até construções progressivamente mais especificadas quanto às suas propriedades formais e funcionais.

No nível mais abstrato da hierarquia, encontra-se o esquema associado às condicionais insubordinadas com ‘se’, representado aqui como *[[se] + [oração finita]]_{CONDICIONAL INSUBORDINADA}*, que preserva como propriedade formal a presença do conectivo subordinativo sem a realização explícita da apódose e como significado esquemático, a evocação de um estado de coisas hipotético ou potencial, a partir do qual diferentes valores pragmático-discursivos podem ser convencionalizados. Abaixo desse nível, situam-se as sete categorias funcionais identificadas neste estudo, que correspondem às construções deônticas, avaliativas, argumentativas, assertivas, de raciocínio, de pós-modificação e metatextuais, entendidas como subesquemas ou mesoconstruções.

Esses subesquemas herdam as propriedades formais do esquema mais abstrato, mas estabelecem restrições próprias quanto ao modo e ao tempo verbal, além de se associarem a diferentes valores, expressando posicionamentos modais, avaliativos e discursivos menos ou mais convencionalizados. A diferenciação entre eles não decorre exclusivamente de propriedades formais, mas da convencionalização de diferentes pareamentos entre uma mesma configuração estrutural e funções pragmático-discursivas recorrentes. A Figura 1 apresenta uma proposta de representação dessa organização hierárquica, contemplando apenas os níveis do esquema e dos subesquemas.

Figura 1 - Representação gráfica da rede construcional das condicionais insubordinadas com 'se'.



I

Fonte: elaboração própria.

Os subesquemas representados na Figura 1 diferenciam-se por restrições formais, especialmente quanto ao modo verbal — indicativo (*Vind.*) ou subjuntivo (*Vsubj.*) — e aos tempos verbais descritos nas respectivas subseções anteriores, bem como pelas funções convencionalmente associadas a cada padrão. Cada subesquema licencia um conjunto de microconstruções que preserva propriedades herdadas do esquema mais abstrato e, simultaneamente, desenvolve especializações semântico-pragmáticas próprias. Assim, o subesquema deontico licencia microconstruções de desejo, pedido, oferta, ameaça e sugestão; o subesquema metatextual licencia microconstruções de polidez e de modalização epistêmica; enquanto os subesquemas avaliativo, argumentativo, assertivo, de raciocínio e de pós-modificação correspondem, cada um, a um único tipo de microconstrução. As ocorrências identificadas nos *corpora* constituem realizações (construtos) dessas microconstruções.

Como a análise diacrônica atestou a ocorrência dos diferentes subesquemas ao longo de todo o período investigado, optou-se por representar a organização taxonômica mais abstrata da

rede construcional a partir do retrato da sincronia mais recente, evidenciando as relações de herança entre o esquema geral e todos os subesquemas identificados, sem incorporar informações relativas à frequência, à produtividade ou aos graus de convencionalização das construções. As tendências observadas na análise quantitativa, entretanto, sugerem que o aumento da frequência e da diversidade funcional a partir do século XIX reflete um processo de expansão do esquema construcional, com o licenciamento de novos pareamentos forma-função e a especialização progressiva das construções condicionais insubordinadas, fortalecendo sua autonomia como padrão construcional no português.

4. Considerações finais

Este estudo analisou o comportamento diacrônico das construções condicionais insubordinadas introduzidas por ‘se’ no português, com base em *corpora* históricos e sob uma perspectiva funcional e construcional da gramática. Os resultados demonstraram que essas construções constituem um fenômeno complexo, cuja descrição exige a articulação entre sintaxe, pragmática e discurso, uma vez que a insubordinação não se reduz à simples ausência de uma oração principal, mas envolve uma reorganização funcional da construção condicional, motivada por fatores interacionais, como pressuposições compartilhadas e inferências pragmáticas.

A análise diacrônica evidenciou a continuidade histórica dessas construções, o aumento expressivo de uso, sobretudo a partir do século XIX, e a diversidade dos tipos funcionais que surgem com o passar do tempo. Nos termos da Gramática de Construções, esses resultados indicam um processo de especialização funcional, no qual diferentes subesquemas se consolidam com distintos graus de centralidade. Construções deônticas, metatextuais e de raciocínio apresentam maior frequência e estabilidade ao longo do tempo, enquanto outros usos permanecem mais restritos, o que sugere uma expansão não homogênea do padrão construcional.

Do ponto de vista metodológico, a investigação em *corpora* históricos demonstra que a identificação do padrão formal [[se] + [oração finita]] não é suficiente para distinguir usos subordinados e insubordinados. A ambiguidade categorial de ‘se’, as limitações da anotação automática e a necessidade de considerar critérios como ausência de apódose explícita, recuperabilidade contextual e emergência de valores pragmáticos evidenciam que a descrição

dessas construções requer a integração de procedimentos quantitativos qualitativos. As limitações documentais dos *corpora* históricos, especialmente nos períodos mais antigos, e a ausência de informações prosódicas e interacionais também são fatores que restringem a forma dessas construções. Essas limitações, contudo, reforçam a necessidade de abordagens metodológicas integradas e indicam possibilidades para pesquisas futuras, como a aplicação de testes de significância com os dados quantitativos, a análise da relação entre gênero textual, tipo funcional e produtividade, e a exploração de outros *corpora*.

De modo geral, buscou-se com este estudo contribuir para as discussões da Linguística Funcional e da abordagem construcional, especialmente para os estudos sobre insubordinação, ao fornecer evidências sobre como padrões linguísticos emergem, se expandem e se especializam em função das práticas sociais, cognitivas e interacionais que constituem a língua.

Referências

BARÐDAL, J. *Productivity: Evidence from Case and Argument Structure in Icelandic*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

BUSCHA, A. Isolierte Nebensätze im dialogischen Text. *Deutsch als Fremdsprache*, [s. l.], p. 274-279, 1976. Disponível em: <https://zs.thulb.uni-jena.de/receive/jportal_jparticle_00290903>. Acesso em: 29 abr. 2026.

COMARIM, M. J. B.; HIRATA-VALE, F. B. M. A expressão de desejos em construções condicionais insubordinadas com “se ao menos”. *Entre Palavras*, v. 13, n. 1 (13), p. 265-284. Abr./2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-12588>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CORADINI, M. C. *Construções condicionais insubordinadas com a conjunção se no português: uma análise diacrônica à luz da gramática de construções*. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/17016>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CORADINI, M. C., HIRATA-VALE, F. B. M. Os estágios de insubordinação em construções condicionais insubordinadas com a conjunção se no português: evidências históricas. *Working papers em Linguística*, Santa Catarina, v. 22, n. 2, p. 318-345. Jan./2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1984-8420.2021.e75334>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. *Mental Spaces in Grammar: conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do português: 45 million words, 1300s-1900s*, 2006. Disponível em: <<https://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DEBAISIEUX, J.; MARTIN, P.; DEULOFEU, H. Apparent insubordination as discourse patterns in French. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Orgs.) *Insubordination, theoretical and empirical issues*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2019. p. 349- 383.

D'HERTEFELT, S. *Insubordination in Germanic: A typology of complement and conditional constructions*. 2015. 239 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 2015. Disponível em: <https://kuleuven.limo.libis.be/discovery/fulldisplay?docid=lirias1820785&context>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DON HO, 2024. *NOTEPAD++*. Versão 8.6. [S.l.]. Disponível em: <notepad-plus-plus.org>. Acesso em: 30 abr. 2026.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (Ed.) *Finiteness: theoretical and empirical foundations*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.

GALVES, C.; ANDRADE, A. L.; FARIA, P. *Corpus histórico do português Tycho Brahe*, 2017. Disponível em: <<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

HEINE, B., KALTENBÖCK, G., KUTEVA, T. On insubordination and cooptation. In: EVANS, N., WATANABE, H. *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins. 2016. p. 39-64.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1999. 231f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/190787>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

HIRATA-VALE, F. B. M. *O processo de insubordinação nas construções condicionais do português do Brasil*. Relatório Científico de Estágio Pós-Doutoral. Katholiek Universiteit Leuven, Leuven, 2015.

HIRATA-VALE, F. B. M. Construções condicionais insubordinadas no português: usos metatextuais. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 83-97, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.21165/el.v46i1.1655>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KAWACHI, K. Insubordinated conditionals in Kupsapiny (Kupsapiiny, Kupsabiny). *Asian and African Languages and Linguistics*, Tóquio, n. 9, p. 65–104, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10108/80346>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

LEMKE, J. L. Resources for attitudinal meaning: evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 33-56, 1998.

MITHUN, M. The extension of dependency of beyond sentence. *Language*, Washington, v. 84, n. 1, p. 69- 119, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40071012>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MONTOLÍO, E. ¡Si nunca he dicho que estuviera enamorada de él! Sobre construcciones independientes introducidas por si con valor replicativo. *Oralia: Análisis del discurso oral*, Almería, n. 2, p. 37-70, 1999. Disponível em: <<https://ojs.ual.es/ojs/index.php/ORALIA/article/view/8529>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

OHORI, T. Remarks on suspended clauses: A contribution to Japanese phraseology. In: SHIBATANI, M., THOMPSON, S. (Orgs.) *Essays on semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 201–218.

SANSIÑENA, M. S., DE SMET, H., CORNILLIE, B. Between subordinate and insubordinate. Paths towards complementizer-initial main clauses. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 77, p. 1-17, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.pragma.2014.12.004>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

SCHWENTER, S. A. *Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity and exclusivity*. Nova York: Garland, 1999.

STIRLING, L. Isolated if-clauses in Australian English. In: COLLINS, P., LEE, D. (Orgs.) *The clause in English*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 273–294.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C., TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Change*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VALLAURI, E. L. Insubordinated conditionals in spoken and non-spoken Italian. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (Orgs.) *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins, 2016. p. 145-170.

VAN LINDEN, A. *Modal adjectives: English deontic and evaluative constructions in synchrony and diachrony*. Berlin; Boston: De Gruyter Mouton, 2012.

VAN LINDEN, A.; VAN DE VELDE, F. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and semantic-pragmatic values. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 22, n. 8, p. 226-250, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.pragma.2013.08.022>>. Acesso em: 30 abr. 2026.

VERSTRAETE, J. C. Scalar quantity implicatures and the interpretation of modality: problems in the deontic domain. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 37, n. 9, p. 1401-1418, 2005.

WEUSTER, B. Nicht-eingebettete Nebensätze mit Verb-Endstellung. In: OLSZOK, K.; WEUSTER, E. (Orgs.) *Zur Wortstellungsproblematik im Deutschen*. Tübingen: Niemeyer, 1983. p. 7–87.

ZHONGLIN, S. Insubordinate Conditional Clauses Formed by Japanese Conjunction -ba. *International Journal of Linguistics, Literature and Translation*, Londres, v. 4, p. 35–49. Fev./2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.32996/ijllt.2021.4.2.6>>. Acesso em: 29 abr. 2026.